

# A POTÊNCIA DO CUIDADO NA FEMINIZAÇÃO DOCENTE: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E POLITIZAÇÃO FEMINISTA PARA ATRAVESSAR A PANDEMIA

## THE POWER OF CARE IN TEACHING FEMINIZATION: SEXUAL DIVISION OF LABOR AND FEMINIST POLITICIZATION TO CROSS THE PANDEMIC

Ana Lúcia Goulart de Faria 1  
Adriana Alves da Silva 2

Pedagoga, Doutora em Educação, Professora FE Unicamp. 1  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4159105582085681>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1886-3790>  
E-mail: [cripeq@unicamp.br](mailto:cripeq@unicamp.br)

Pedagoga, Doutora em Educação, Professora FAED UDESC. 2  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8565469275781034>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1407-783X>  
E-mail: [adriana.silva@udesc.br](mailto:adriana.silva@udesc.br)

**Resumo:** O artigo propõe três movimentos; o primeiro apresenta questões de método na centralidade do conceito de divisão sexual do trabalho, na feminização da docência na Educação Básica e os desafios da profissionalização e politização docente. No segundo movimento, 'navegar é preciso', será apresentada uma breve exposição de como a maré feminista negra tem reenergizado de potências da resistência, para construção de novos paradigmas, com outros princípios éticos, estéticos e políticos, apontando tecnologias sociais das mulheres negras de luta pela vida, com criatividade, solidariedade, visando às relações de educação e cuidado. Por fim, fecha-se com uma proposição metodológica de descolonização de territórios-corpos, reinventando modos de ser-estar no mundo, por meio da conscientização das linguagens e práticas que são construídas na educação e em especial na Pedagogia da infância, tendo nas infâncias brasileiras potências de produções de conhecimentos, defendendo uma pedagogia macunaímica: indígena, africana, europeia, híbrida à brasileira.

**Palavras-chave:** Feminização Docente. Divisão Sexual do Trabalho. Pedagogia Macunaímica.

**Abstract:** The article proposes three movements, the first presents questions of method in the centrality of the concept of sexual division of labor, in the feminization of teaching in basic education, and the challenges of professionalization and politicization of teachers. In the second movement, 'sailing is necessary', we will make a brief presentation on how the black feminist tide has reenergized us from the powers of resistance to build new paradigms, with other ethical, aesthetic and political principles, pointing out social technologies of black women fighting for life, with creativity, solidarity, aiming at the relations of education and care. We conclude with a methodological proposition of decolonizing our territories - bodies, reinventing possibilities of being in the world, through awareness of the languages and practices that we build in education and especially in childhood pedagogy, having in Brazilian childhoods the potential of producing knowledge, defending a Macunaimic pedagogy: indigenous, African, European, hybrid to Brazilian pedagogy.

**Keywords:** Teacher Feminization. Sexual Division of labor. Macunaimic Pedagogy.

*Dedicamos este artigo para nossa  
saudosa e grande amiga,  
Ana Beatriz Cerisara!*

## **Introdução**

Dentre as muitas inquietações e questionamentos que a chamada do Dossiê *Educação em tempos de pandemia e outros cenários de crise: políticas, direitos, pedagogias, diversidade e exclusão* incita, destaca-se uma em especial, para contribuir ao debate em torno das resistências nos contextos de formação de professoras para Educação Básica: como construir possibilidades metodológicas de pesquisas, de extensão universitária e de ensino na tríade que funda o trabalho das Universidades, que contribuam para a construção de conhecimentos durante e pós-pandemias e outros cenários de crise?

Com a proposta de reflexão a respeito dessa questão complexa, coloca-se na posicionabilidade de pesquisadores(as) professores(as), militantes políticos(as) que atuam no campo da educação para/com as infâncias. Sempre em consonância com os múltiplos processos formativos de professoras/es da Educação Básica na rede pública, em especial na Educação Infantil, mas também nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na perspectiva das políticas públicas, dos direitos, das pedagogias alinhadas à diversidade atentando-se às armadilhas da exclusão nos dilemas das diferenças e das desigualdades.

Salienta-se que o cenário de crise sanitária da Covid - 19, que desencadeou a pandemia, colocando as pessoas em suspenso, em um longo isolamento, no Brasil, é agravado por um momento político terrível, pois sofre-se uma dupla pandemia, do vírus e dos vermes que ocupam a presidência, em uma dupla tragédia à brasileira.

Cabe ressaltar que a história brasileira é marcada pela constante crise colonialista de exploração e opressão; nunca houve normalidade, com um estado violento, escravocrata, constantemente violando os direitos humanos por meio de práticas institucionais. Um panorama agravado pelo neoliberalismo, com sua lógica “que subjuga a vida ao poder da morte (necropolítica), reconfigurando as relações entre resistência, sacrifício e terror”. (MBEMBE, 2018, p. 71), em uma normalidade insana, como bem afirma Antunes (2020, p. 185). “[...] é importante destacar que essa tragédia social não é causada pelo coronavírus, ainda que seja amplificada exponencialmente pela pandemia. Isto porque a tragédia social antecede a atual situação pandêmica”.

O autoritarismo de Bolsonaro se manifesta no seu “tratamento” da epidemia, tentando impor, contra a Assembleia, contra os governos dos estados, e contra seus próprios ministros, uma política cega de recusa das medidas sanitárias mínimas, indispensáveis para tentar limitar as dramáticas consequências da crise (confinamento, etc). Sua atitude tem também traços de social-darwinismo (típico do fascismo): a sobrevivência dos mais fortes. Se milhares de pessoas vulneráveis – idosos, pessoas de saúde frágil – virem a falecer, é o preço a pagar: “O Brasil não pode parar”! (LÖWY, 2020, p. 149)

Nessa tragédia social em que se vive, há um processo de acirramento da disputa político-ideológica dos campos mais conservadores e nefastos da sociedade, com efeitos colaterais terríveis. Como exemplo, citam-se dois episódios que colocaram as infâncias brasileiras em foco; foram situações emblemáticas destes tempos pandêmicos: a morte ou o assassinato do menino Miguel, no Recife, pela patroa de sua mãe, empregada doméstica. E outro caso foi a perseguição de uma menina de 10 anos, estuprada desde os 6 anos, grávida, com seu direito ao aborto legal ameaçado por uma exposição midiática promovida pela ativista Sara Winter, que já foi publicamente declarada como uma filha da ministra Damaris, grande articuladora do movimento contra o aborto, pró-vida, que vida?

Pergunta-se que mulheres são essas que, em defesa da vida, promovem um desgoverno que incita de diferentes formas à morte?

Nesta perspectiva, situada em uma crise estrutural, pandêmica, com mais de 600 mil mortos<sup>1</sup>, mas com sintomas históricos de horror de mais de 500 anos de colonização, com uma série de genocídios, estupros, feminicídios, infanticídios por abandono, dentre outras violações de direitos humanos. Que este artigo abordará metodologias de pesquisa, ensino e extensão em torno de uma práxis transformadora, que tem como concepção que a liberdade é uma luta constante, inspirada em Davis (2016), em que as condições impõem resistir para existir.

Neste percurso argumentativo, o foco de análise está ancorado nas mulheres, considerando que são a grande maioria na Educação Básica, professoras, educadoras, com ou sem magistério e/ou Pedagogia. A problematização apoia-se nos desafios da profissionalização e politização da docência, sobretudo na Educação Infantil, que ainda reflete contradições estruturais da cisão entre educar e cuidar. Cabe reforçar que a crise da pandemia trouxe uma centralidade na dimensão do cuidado, categoria fundamental da existência humana, situada no campo do trabalho, mas que historicamente vem sendo construída pela divisão sexual do trabalho em uma esfera afetiva, essencialmente da ordem do feminino, pouco, mal ou não remunerado.

Enfatiza-se que a docência que vem sendo inventada na Educação Infantil é marcada por uma positividade da sua feminização histórica, como revelou a pesquisa de Cerisara (1996), há mais de vinte anos, nas complexas tramas da maternagem e dos preconceitos nas relações de educação e cuidado, presentes na divisão sexual do trabalho com contradições e possibilidades. Bea, como gostava de ser chamada, além de pioneira, ao destacar a positividade do feminino no trabalho docente na creche, mesmo ao se afastar do contexto acadêmico, sempre com suas gargalhadas e alegria contagiante, instiga à rebeldia, à desobediência civil, hoje tão necessárias neste momento político de trágicos retrocessos na Educação Infantil (FINCO; SILVA; FARIA, 2018).

Esses questionamentos estão situados em trajetórias de pesquisa, extensão e articulação política em torno de proposições do Simpósio Temático Creche e Feminismo, no Seminário Internacional Fazendo Gênero, importante evento multidisciplinar na área de gênero e estudos feministas, envolvendo academia e movimentos sociais, realizado periodicamente na Universidade Federal de Santa Catarina. A partir ou em conexão com a experiência desse evento, três publicações se destacam: *Creche e Feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora* (FINCO, GOBBI; FARIA, 2015), *Porque a creche é uma luta das mulheres: inquietações feministas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade!* (TELES, SANTIAGO; FARIA, 2018) e *“Isso aí é RACHISMO! Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras* (SILVA; FARIA; FINCO, 2019), na interlocução com pesquisadoras/es de diversas regiões do país.

Cabe também ressaltar que esse movimento de divulgação científica insere-se em um contexto de pesquisas acerca das relações de gênero, analisando as culturas infantis e as relações de poder entre as meninas pequenas e os meninos pequenos de 0 a 6 anos, visualizando a pedagogia das relações entre elas/es e entre elas/es e as/os profissionais docentes de creche e pré-escola, com um Estado da Arte publicado nos *Cadernos Pagu*, em 2006. (FARIA, 2006). Estado da arte em constante movimento, atualizado com pesquisas realizadas até 2016 e ainda esparsas na área da Educação Infantil, com foco na luta feminista e nos estudos de gênero, contribuindo para as modificações no cotidiano da educação da pequena infância e na construção de uma pedagogia não sexista (SILVA; SILVA; FINCO, 2020).

A partir dessas premissas, o presente artigo tem como intuito apresentar três movimentos constelares. Com inspiração na metáfora benjaminiana, o primeiro traz uma breve exposição de questões de método na centralidade do conceito de trabalho, na perspectiva do materialismo histórico, com foco nas contribuições do marxismo feminista, que inspira a compreender os esquemas de opressão e exploração de mulheres, crianças, negros/as, pobres, os/as excluídos/as da história como fundamento de problematização em torno dos desafios da profissionalização e politização docente. Na encruzilhada da feminização desta docência, atenta-se também aos processos de como a profissão docente na creche se insere no seio dos movimentos de resistências culturais (BUFALO, 2009).

1 Segundo dados oficiais: 638.048 mil mortos. Fonte: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em: 13 fev.2022.

No segundo movimento, 'navegar é preciso', será apresentada uma breve exposição de como a maré *feminista negra* (FIGUEIREDO, 2020) tem reenergizado de potências da resistência para construção de novos paradigmas, com outros princípios éticos, estéticos e políticos. Apontam-se também tecnologias sociais históricas das mulheres negras de garantir a vida em condições adversas, com criatividade, solidariedade, visando às relações de educação e cuidado em coletividades populares e nas creches e pré-escolas.

Por fim, fecha-se com um terceiro movimento de proposição metodológica de descolonização dos territórios-corpos, reinventando novos modos de ser-estar no mundo, por meio da reapropriação das inúmeras linguagens e das ações que são construídas na educação e em especial na Pedagogia da infância, Pedagogia das relações, da escuta, da diferença, da maravilha, com suas indissociabilidades do educar e do cuidar, do pensar e do fazer, do corpo e da mente, da razão e da emoção, da experiência e do saber. Valorizando a produção das culturas infantis nas continuidades da Educação Infantil com os anos iniciais do Ensino Fundamental, que tem nas infâncias brasileiras potências de produções de conhecimento, por uma pedagogia macunaímica, indígena, africana, europeia, híbrida à brasileira.

### Trabalho feminino, profissionalização e politização docente

No primeiro movimento, buscamos focar nos/nas sujeitos/sujeitas das nossas pesquisas perguntando-se quem são as professoras que constroem a Educação Básica no Brasil? Mulheres das classes populares? Negras, indígenas, casadas, homoafetivas, heteronormatizadas, lésbicas? A hipótese é que são múltiplas e complexas, porém, para o presente campo de análise, o que as une é que são professoras, ou seja, exercem como atividade profissional a docência, com ou sem diploma, no caso específico das educadoras, chamadas auxiliares, na Educação Infantil.

Embora seja notório o processo de feminização da docência na Educação Básica brasileira (DEMARTINI; ANTUNES, 1993; ALMEIDA, 1996), há um processo histórico complexo de imbricações do trabalho das mulheres, alinhados ao trabalho doméstico, às questões de classe, raça/etnia e as expectativas de reprodução social ligadas à maternidade, nas "naturalizadas" atribuições das relações sociais de sexo, entre homens e mulheres.

Vianna em *O sexo e gênero na docência* (2006), problematiza as relações de feminização da docência, com as configurações de gênero em sua construção histórica, social e cultural como categoria fundamental para compreender esse fenômeno; salienta também a massiva presença feminina, mas com múltiplos e contraditórios processos de identidade docente entre homens e mulheres.

De acordo com o primeiro Censo do Professor, 14,1% da categoria é constituída de homens e 85,7% de mulheres. Levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)<sup>2</sup> com 52 mil professores brasileiros mostra que 97,4% dos docentes de 1a a 4a série do Ensino Fundamental são mulheres. Elas ocupam 80,6% das 5as até as 8as séries desse ensino e 60,8% do Ensino Médio.<sup>4</sup> A pesquisa da CNTE aponta ainda que entre diretores, coordenadores e supervisores ligados à Educação Básica 90,1% são mulheres (VIANNA, 2006, p.83)

Na perspectiva de pensar as questões de identidade docente, parte-se da centralidade do trabalho como o eixo articulador da presente problematização, visando situar este trabalho nas relações de profissionalização e politização docente dessas mulheres trabalhadoras, que exercem uma docência carregada na complexidade, que envolve a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo (HIRATA; KERGOAT, 2009), que historicamente produzem hierarquias, opressões, explorações e desigualdades.

Esta premissa teórica de método alinha-se à primeira constelação, inspirada em Walter Benjamin, em *Origem do drama trágico alemão*, sua tese de livre-docência: "As ideias se rela-

cionam com as coisas como as constelações com as estrelas. Isto significa desde logo que elas não são nem os conceitos nem as leis das coisas” (BENJAMIM, 2013, p. 22). Esse pressuposto tem no materialismo histórico dialético, especialmente com o marxismo feminista, lentes de análise em torno das maneiras múltiplas de problematizar a divisão sexual do trabalho e a centralidade do cuidado, que transbordaram com a crise sanitária da Covid-19, na pandemia.

Porém, destaca-se que desde a greve de mulheres, após a eleição nos EUA do presidente Trump, em 2016, o movimento feminista transnacional vem repolitizando o dia 8 de março, e evidenciando a problematização da divisão sexual do trabalho e da crise da reprodução social, bem como os altos índices de violências contra as mulheres e feminicídios em escala global, tendo, dentre outras, as palavras de ordem: “Se nossas vidas não importam, produzam sem nós!”

Como produzir a vida sem o trabalho das mulheres? Como problematizar a crise mundial a partir da perspectiva do trabalho, em relações imbricadas de sexo/gênero, raça/etnia, classe, como afirmam Falquet e Cisne (2020, p.425):

Na era da mundialização neoliberal, o “trabalho desvalorizado” e “considerado feminino”, gerados por corpos feminizados e/ou racializados, são marcados pela intensificação da jornada de trabalho, pela precarização e pelo trabalho gratuito. As relações de sexagem permitem que o trabalho, o corpo e o tempo das mulheres sejam apropriados gratuitamente. Já os corpos masculinos e/ou racializados são atribuídos à guerra e à segurança. Esses “homens armados” geram violência diária que mantém as “mulheres de serviço” em uma situação de precariedade e permanente excesso de trabalho.

Nesta inflexão, como, neste tempo de pandemia, com as escolas, pré-escolas e creches fechadas deste o início da crise sanitária, no Brasil, em meados de março de 2020, a sociedade civil vem refletindo no tocante à visibilidade e materialidade do trabalho de milhares de mulheres em todo o mundo, responsáveis pela educação e pelo cuidado?

Em *Feminismo para os 99%: um manifesto*, de Arruzza, Bhattacharya e Fraser, publicado no Brasil, em 2019, são apresentadas teses relevantes para além de entender a divisão sexual do trabalho, ao problematizar as crises da reprodução social e visualizar as possibilidades da luta anticapitalista no contexto de um feminismo transnacional.

Neste sentido, ressalta-se que, anteriormente à pandemia, já se problematizou a Divisão Sexual do Trabalho em contextos formativos, no âmbito do Fazendo Gênero 2020 (adiado para 2021), compondo o Simpósio Temático: *Creche e Feminismo*, articulado no eixo do Trabalho, situando a creche como *locus* histórico da luta feminista, articulando as discussões em torno do conceito de trabalho, a partir da problematização da maternidade, da indissociabilidade da educação e do cuidado na reprodução da vida e a divisão sexual do trabalho. Levam-se em conta as imbricações de classe, raça, gênero como eixos fundantes na construção de pedagogias descolonizadoras desde a pequena infância e os desafios estruturais de transformação da sociedade capitalista, que é baseada fundamentalmente na exploração de classe, raça, gênero e idade.

Nesta direção, enfatiza-se a articulação da creche como um *locus* de despatriarcalização do Estado, buscando em uma práxis feminista contribuir com os processos de formação de professoras e professores da Educação Infantil. (SILVA; MACEDO, 2018)

E refletindo acerca dos lugares da formação política das professoras em tempos de pandemia, destacam-se os processos formativos possíveis através das *lives*, em especial a webinar *Das margens: lugares de rebeldias, práticas e saberes*, transmitida ao vivo em 9 de julho de 2020, da rede Projetah, que teve um Painel intitulado “Feminismo, cuidados, esperanças e utopias”, no qual as palestrantes discutiram os desafios e as possibilidades que envolvem esta temática pelas mulheres, trazendo muitas referências. Em especial, destacam-se três delas, que mobilizam a presente reflexão. A primeira foi com Silvia Federici, a segunda, com Monica de Bolle e Debora Diniz, e a terceira, com Helena Hirata.

Federici, escritora marxista feminista italiana, autora conhecida entre nós pelos livros *Calibã e a bruxa: mulheres corpo e acumulação primitiva* (2017) e recentemente *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019), ambos publicados pela Editora Elefante (tradução do Coletivo Sycorax) e *Mulheres e caça às bruxas: da idade média aos dias atuais* (2019), pela Editora Boitempo.

No livro *Ponto Zero*, a autora traz um conjunto de ensaios publicados em diferentes momentos e contextos (1979 a 2000), ressaltando que “o ponto zero é tanto um local de perda completa quanto um local de possibilidades, pois só quando todas as posses e ilusões foram perdidas é que somos levados a encontrar, inventar, lutar por novas formas de vida e reprodução” (FEDERICI, 2019). Considerando a dupla pandemia, com a crise sanitária e política sem precedentes na história, na qual se está em suspenso, em um ponto zero, pois não é possível voltar à normalidade, que trouxe até esse estado de horror estrutural, isso significa reconhecer a realidade em que se vive como algo que deve ser problematizado e transformado. Neste sentido, Federici faz um chamado para uma política em que as mulheres sejam reconhecidas como prioridades, desnaturalizando as relações de trabalho, historicizando-as sobretudo do ponto de vista afetivo, compreendendo esse processo.

Nada sufoca tão efetivamente nossa vida quanto a transformação em trabalho das atividades e das relações que satisfazem nossos desejos. Do mesmo modo, é pelas atividades do dia a dia, através das quais produzimos nossa existência, que podemos desenvolver a nossa capacidade de cooperação, e não só resistir à nossa desumanização, mas aprender a reconstruir o mundo como um espaço de educação, criatividade e cuidado (FEDERICI, 2019, p.41)

O cuidado, ou melhor, a Economia do Cuidado, foi a segunda referência da webinar citada anteriormente. O que sabemos do trabalho do cuidado, tão debatido em tempos de pandemia? Na *live As Mulheres na pandemia e a Economia do Cuidado*, de 4 de agosto de 2020, com Monica de Bolle (economista que mantém um canal com *lives* diárias) e Debora Diniz, (professora da UNB e da Universidade Brown, nos EUA, onde ela está ‘exilada’ deste a eleição do inominável), as palestrantes afirmam que na pandemia, vêm atuando muito nas redes sociais, inclusive com um projeto no Instagram intitulado *reliquia.rum. Relicários são memórias, aquilo que guardamos*.<sup>2</sup>

“Aqui são relicários de uma epidemia no Brasil”, foi um texto publicado no jornal *El Pais*, de 09.08.2020, quando foi atingida a triste marca dos 100 mil mortos, Diniz trouxe importantes reflexões referentes ao relicário de uma pandemia, em que a pesquisadora destaca que “Não pode haver retorno a um “novo normal”, pois a naturalização do normal é um apagamento de injustiças, tais como a violência contra as mulheres na casa e o racismo estrutural.”<sup>3</sup>

Na *live Economia e trabalho do cuidado*, foi problematizada por Debora Diniz a necessidade urgente de ressignificação dos dois campos, da economia e do cuidado, pois o CUIDADO fica ainda muito na esfera dos afetos, sem a dimensão do TRABALHO. Enfatiza em sua argumentação a questão da monetarização direta e a indireta, da esfera escondida de um trabalho “não” monetarizado. E faz a provocação fundamental que CUIDADO é a categoria que nos define como humanos, pela interdependência, ela pode ser vivenciada pelo amor e pelo afeto ou pela dor, embora seja, na maioria, pelo horror da exploração e dominação no sistema capitalista em que se vive.

Voltando às questões do cuidado em sua dimensão de trabalho, é importante destacar as contribuições da socióloga Helena Hirata (CNRS, França / USP) que, na *live Trabalho e cuidado em tempos de pandemia*, transmitida ao vivo em 5 de agosto de 2020, CEA UFFRJ, trouxe alguns dados, em especial uma pesquisa realizada pela SOF (Sempre viva Organização Feminista), intitulado “O trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, que enfatiza que 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia, salientando que há uma

2 <https://www.instagram.com/reliquia.rum/?hl=pt-br> Acesso em: 25 set. 2020.

3 <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-08/o-relicario-de-uma-pandemia.html> Acesso em: 25 set. 2020.

feminização do trabalho do cuidado no Brasil, e que em outros países não necessariamente esse fenômeno se repete, mas a precarização e desvalorização desse trabalho é recorrente.

Assim como Hirata, destacam-se os trabalhos de Daniele Kergoat, diretora emérita de pesquisa do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique), que faz parte da equipe de Gênero, Trabalho e Mobilidade do CRESPA (Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris); ambas têm numerosos trabalhos como teóricas do feminismo materialista, com imensa contribuição na elaboração dos conceitos de divisão sexual do trabalho, relações sociais de sexo e consubstancialidade e coextensividade das relações sociais.

Em 2018, a Organização Feminista SOS Corpo de Recife, importante instituto feminista de pesquisa, educação popular feminista, comunicação e ativismo político, que tem como uma das suas tarefas a elaboração e difusão da teoria feminista crítica e emancipatória, publicou, no Brasil, o livro *Lutar, dizem elas...*, uma coletânea de artigos de Kergoat que, em entrevista, afirmou: “A revolta contra as relações de classe, de sexo e de raça, estruturou minha vida e orientou minhas pesquisas” (KERGOAT, 2018, p. 05], e no texto de abertura Hirata salienta as conexões França – Brasil:

Exploração, opressão e dominação são dimensões indissociáveis para Danièle Kergoat (1978, 2012) na França, assim como para Heleieth Saffioti no Brasil (1976, 1984). Exploração econômica e opressão de sexo caracterizam a dominação masculina e a desigualdade social que marcam a situação das mulheres, apesar de grandes mudanças ocorridas em sua realidade econômica, social, política e jurídica no decorrer do século XX. Como diz Danièle no capítulo que abre esse livro, “patriarcado e capitalismo se revezam, para explorar dominando e dominar explorando” (p. 36 desta edição) (HIRATA, 2018, p. 14).

A socióloga brasileira Heleieth Saffioti foi pioneira no Brasil nos estudos referentes às mulheres, suas condições de trabalho e preservação da vida perante as complexidades da máquina patriarcal, ou seja, a estrutura social que sustenta as relações de poder fundamentadas na opressão e exploração das mulheres, das crianças, dos sujeitos desprovidos do poder patriarcal.

Saffioti explicita em seus trabalhos como essas relações de poder alimentam as relações intergeracionais, que, numa perspectiva adultocêntrica, hierarquizam concomitantemente a opressão que aliena as mulheres em sua condição de oprimidas, fazendo-as reproduzir nos filhos e nas filhas processos opressores. Do mesmo modo como o patrão faz com os homens, fazem com a mulher, a mulher na criança, em uma reprodução da ideologia patriarcal por parte das mulheres, a opressão em cadeia, em uma síndrome do pequeno poder (SAFFIOTI, 2015). A saudosa socióloga marxista feminista publicou sua tese de livre-docência, *A Mulher na sociedade de classes*, em 1969, sob orientação de Florestan Fernandes, mas com a ditadura e os desafios da esquerda machista ficou anos esgotada, sendo relançada e redescoberta a partir dos anos 2000, com novas publicações pela Editora Expressão Popular.

Em *Gênero Patriarcado e Violência*, Heleieth Saffioti (2015), apresenta relevante pesquisa a respeito da violência contra as mulheres no Brasil, realizada pela Fundação Perseu Abramo, no final dos anos 1990. Traz análises dos enredamentos que envolvem as relações de gênero e a violência; segundo a autora, trata-se do entrelaçamento do racismo e do sexismo que sustentam a sociedade de classes, em um nó entre patriarcado-racismo-capitalismo, (2015, p. 134), com uma estrutura de poder que unifica as três ordens de produção de desigualdades e perversidades sistêmicas de gênero, de raça/etnia e de classe social.

Em “Um vírus e duas guerras: mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19”, levantamento inédito realizado em uma parceria colaborativa entre as mídias independentes Amazônia Real, sediada no Amazonas; Agência Eco Nordeste, no Ceará; #Colabora, no Rio de Janeiro; Portal Catarinas, em Santa Catarina; e Ponte Jornalismo, em São Paulo, a respeito da violência doméstica entre os meses de março e abril deste ano, durante a pandemia do novo coronavírus, apontou que os casos de feminicídio no país aumentaram

em 5% em relação a igual período de 2019. Somente nos dois meses, 195 mulheres foram assassinadas, enquanto em março e abril de 2019, foram 186 mortes. Entre os vinte estados brasileiros que liberaram dados das Secretarias de Segurança Pública, nove registraram juntos um aumento de 54%, outros nove tiveram queda de 34%, e dois mantiveram o mesmo índice. Nos vinte estados analisados, a média observada foi de 0,21 feminicídios por 100 mil mulheres. A taxa ficou acima da média em onze estados, os quais detêm 40% da população feminina do total analisado e foram responsáveis por 59% das mortes (115 feminicídios).

Também ressalta-se que nesse contexto de crise sanitária global, a tragédia à brasileira exige uma perspectiva interseccional, crítica, radical. Vive-se um dos piores momentos políticos da história do Brasil, com este desgoverno de ultradireita, ligado às milícias, alinhado aos interesses das alas mais conservadoras da religião católica e protestante, bem como dos latifundiários, com ataques brutais aos direitos das mulheres, das crianças, dos povos indígenas, das populações mais vulneráveis, pobres, negras. A pandemia somente acirrou esse caldeirão de perversidades sistêmicas que assolam o país, com suas pedagogias da crueldade, assim como outros países latino-americanos (SEGATO, 2014).

Falquet, em seu livro *Pax neoliberalia: perspectivas feministas sobre (la reorganización de) la violencia contra las mujeres* (2017), também apresenta pesquisas no contexto latinoamericano (El Salvador, Guatemala e México), cruzando diferentes níveis de análises a respeito da violência contra as mulheres em uma perspectiva global, com dinâmicas que imbricam sexo, raça e classe. Sobretudo com “un conjunto de técnicas fríamente enseñadas y aplicadas para obtener diversos resultados, desde la obediencia individual y colectiva hasta los beneficios económicos, pasando por la legitimación del orden social dominante.” (FALQUET, 2017, p.10). Um sistema complexo, que também envolve as dinâmicas de resistência e o movimento transnacional de criação de estratégias coletivas em torno dos corpos-territórios das mulheres.

Deparar-se com dados estarrecedores de mais de 600 mil mortos pelo Covid no Brasil, figurando como campeão mundial de morte materna, a violência doméstica e os feminicídios em alta, crianças mortas pela polícia ou pela patroa da mãe, são fatos que incitam em busca de reflexões analíticas para compreender essas perversidades e desigualdades, sempre.

É nesse cenário que se coloca o processo de produção de conhecimento antes, na e pós-pandemia, visando responder à questão que o presente Dossiê colocou: “como construir possibilidades metodológicas de pesquisas, de extensão universitária e de ensino que contribuam para a construção de conhecimentos durante e pós-pandemias e outros cenários de crise?”

Neste momento de pandemia, possibilidades metodológicas de pesquisas, ensino e extensão na direção da politização e profissionalização docente que atuem na transformação deste mundo e na reinvenção de novas relações sociais têm mobilizado grupos de estudos coletivos críticos, compostos em sua maioria por mulheres, com perspectivas feministas que vêm somando esforços nessa frente, em velhos e novos movimentos.

Problematizar as mulheres a serviço do sistema, Damaris, Sara Winter, a patroa da mãe do menino Miguel na branquitude racista, sexista, elitista, compreender o quanto a interseccionalidade e a consubstancialidade ajudam a compreender que não existe a categoria uniforme de mulheres, os sujeitos são atravessados por suas relações de gênero, raça/etnia, classe e idade e por seus posicionamentos políticos.

### **Navegando na maré feminista negra: poéticas e políticas da resistência**

E pensando no racismo estrutural à brasileira, apresenta-se a segunda constelação de inspiração clarividente – na união entre a intuição e o estudo, como afirmou Milton Santos, e que será comentado adiante, que é a maré feminista negra, conforme artigo recém-publicado da pesquisadora da UFBA, Angela Figueiredo, *Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial* (2020). E ancorando-se nos trabalhos que muito recentemente estão vindo a lume, após as barreiras de tradução e publicação de Angela Davis, bell hooks, Audre Lourde, Grada Kilomba, mas também de invisibilidade histórica e de múltiplos silenciamentos que negaram os trabalhos de Lélia Gonzales, Beatriz Ribeiro Nascimento, Sueli Carneiro.

Hoje há disponíveis muitas referências que enegrecem o feminismo com novas e potentes vozes, como Djamila Ribeiro e a coleção *Feminismo plural*, que coordena, Carla Akotirene, Joyce Berth, dentre outras, e a filosofia africana e o café das pretas, com Katuscia Ribeiro; também há muitas outras vozes emergentes, no direito de Thula Pires à política de Taliria Petroni, Renata de Souza, Marielle Franco, presente!!!

Esta maré insubmissa e insurgente incita a visualizar um movimento tsunâmico da revolução feminista em curso, na intensidade da resistência, da organização, da invenção das mulheres, no plural movimento feminista: da pesquisa acadêmica ao ativismo político – na dimensão da práxis feminista.

Também convém destacar que no início de agosto 2020 foi lançado o *Mapa das mulheres indígenas* – ISA (Instituto Sócio Ambiental), que trouxe os principais dados do levantamento que, segundo o Sistema de Áreas Protegidas do ISA (SisArp), há 1.029 organizações indígenas no Brasil (janeiro de 2020). Desse total, 85 são organizações de mulheres, ou seja, há um processo cada vez maior de dar visibilidade à resistência histórica das mulheres negras e indígenas que alimentam a imaginação e conexão com outras temporalidades, na direção que Lélia Gonzalez (1984) defendeu e apontou décadas atrás: um feminismo afrolatinoamericano.

Com “*Cumé que a gente fica?*”, transgressor “*pretuguês*”, da célebre epígrafe do texto *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, trabalho apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, no IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1980, a pensadora e feminista negra Lélia Gonzalez escancarou o racismo à brasileira, que invisibiliza, hierarquiza e exclui sujeitos/as, saberes, epistemologias, apontando os principais desafios de um processo árduo de radical descolonização.

A partir das mulheres negras, indígenas invocam-se duas imagens e um movimento que passe, do anjo da história da nona tese de Walter Benjamim (LOWY, 2005), a Queda do céu, de Davi Kopenawa, a crítica inevitável do destrutivo progresso capitalista que trouxe até a pandemia com sua crise sanitária e política incomensurável, ao símbolo africano do pássaro SANKOFA, que, segundo o *Dicionário de Símbolos*:

A palavra Sankofa, que na verdade tem dois símbolos que a representam, um pássaro mítico e um coração estilizado, simboliza a volta para adquirir conhecimento do passado, a sabedoria e a busca da herança cultural dos antepassados para construir um futuro melhor<sup>4</sup>.

Segundo Lowy (2005), a chave do anjo da história e da redenção ao progresso capitalista e a obsessão pelo futuro desenvolvimentista destrutivo estão nas conexões com o passado e as sociedades matriarcais, analisadas por Benjamim nos trabalhos de Bachofen, assim como foram feitas por Engels, Paul Lafargue e Oswald de Andrade, na sua utopia antropofágica.

[...] como deter essa tempestade, como interromper o progresso em sua progressão fatal: como sempre a resposta de Benjamim é dupla: religiosa e profana. Na esfera teológica, trata-se da tarefa do Messias; seu equivalente, ou seu correspondente profano, é simplesmente a Revolução (LOWY, 2005, p. 93).

Porém, trata-se de um movimento revolucionário de ruptura com as armadilhas progressistas e busca da conexão com o passado, com as sociedades sem classes da pré-história, registradas no inconsciente coletivo, que, em um processo dialético de relação recíproca com o novo, a partir da experiência, gesta a utopia comunista. O anjo da história da alegoria benjaminiana, no movimento de navegar em busca de utopias revolucionárias para superar a crise e transformar a sociedade, encontra-se com esse pássaro africano.

4 <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/sankofa-significado-desse-simbolo-africano/> Acesso em: 20 set. 2020.

Termo de origem akan (África ocidental, região atual da República de Gana) Sankofa, significa a recuperação e valorização da rica tradição cultural africana – com seu alto nível de conhecimento – e do alto grau de desenvolvimento atingido pelas sociedades africanas. Seu símbolo é a imagem de um pássaro com a cabeça voltada para trás, estilizada no ideograma da escrita africana *adinkra*. Esse símbolo, válido em todo o mundo africano, também remete ao conhecimento e à divulgação do papel dos africanos e seus descendentes na construção das sociedades de todas as Américas (NASCIMENTO, 2008, p. 25).

*Guerreiras de Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente* (2008), é o terceiro volume da coleção Sankofa – Matrizes Africanas da Cultura Brasileira, organizado por Elisa Larkin Nascimento<sup>5</sup>, com textos de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e as primeiras palavras da grande Iyalorixá do Candomblé, Mãe Beata de Iemanjá. Com uma abordagem interseccional, focaliza três objetos-sujeitas de reflexão: a especificidade das mulheres negras, as religiões afro-brasileiras e suas mitologias, entrelaçando com as propostas e práticas de saúde e de educação das suas comunidades.

Neste movimento, fica o convite para voltar à sabedoria histórica das mulheres, das mulheres indígenas, com suas barreiras sanitárias em tempos de pandemia da COVID-19 ameaçando seus territórios, sábias estratégias de resistência para impedir o contágio entre seu povo; às mulheres negras com suas irmandades e terreiros de candomblé, territórios de saberes e fazeres que têm no cuidado a centralidade de suas práticas.

Mulheres negras e indígenas do passado são as fontes de saberes e fazeres, ambas vivem dentro de todas as mulheres: são mães, avós, bisavós e sobreviveram aos horrores da escravidão, do genocídio dos povos indígenas à juventude negra e resistem há séculos. Com elas, é possível saber como vencer as políticas de morte, fortalecendo e encontrando criativas e potentes reinvenções de modos de viver, como poetiza a grande Conceição Evaristo (2016), em suas *escrevivências*: são insubmissas as lágrimas, dores e os corpos-mulheres negras em vivências – histórias.

Ressaltamos que nos inspirarmos nas poéticas da resistência que permeiam a luta e a vida das mulheres racializadas – negras e indígenas nos processos formativo de professoras compõe uma perspectiva transgressora de descolonização das nossas bases históricas no campo educacional e pode contribuir em novos enfrentamentos políticos de uma educação à brasileira.

## **Descolonização dos territórios-corpos: por uma pedagogia macunaímica**

“Descolonizar é olhar o mundo com nossos próprios olhos”, segundo o grande geógrafo brasileiro Milton Santos. Esta frase é o prólogo do documentário do cineasta Silvio Tendler, “Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá” (2006), que tem em seu roteiro a problematização da globalização, primeiro como fábula, com o mundo em expansão e delírio desenvolvimentista capitalista. E, em seguida, a globalização como perversidade, em um mundo em evidente decadência capitalista (como bem define o escritor indígena Ailton Krenak) e a globalização como possibilidade.

A possibilidade, na interpretação do processo de descolonização em curso no século XXI, com uma certa licença poética, seria o mundo à la Eduardo Galeano (2019), poeta uruguaio, um mundo grávido pelas demoníacas Mulheres que produzem vida e reexistem ao capitalismo, com seu sistema mortal regente, que é o patriarcado.

Como incita a escritora Conceição Evaristo (2016), “combinaram de nos matar e combinamos de não morrer”, ou nas jovens feministas, “somos as netas das bruxas que vocês mata-

5 A partir das experiências de pesquisa e formação do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), no período de 1983 a 1995, uma década antes da promulgação da Lei n. 10.639, de 2003.

ram”, estas expressões são chaves de resistência descolonizadora.

Trata-se de potente perspectiva do processo de descolonização, que, segundo Milton Santos, no documentário citado, de acordo com o método de análise que marcou a sua Geografia – uma filosofia das técnicas, tinha na clarividência - virtude que se adquire pela intuição, mas sobretudo pelo estudo, “tentar ver a partir do presente o que se projeta no futuro”.

No presente, o que se vê? Uma crise sem precedentes, que coloca em suspenso, com a cruel violência doméstica aumentada com o confinamento das mulheres em casa com seus agressores, destacando a sobrecarga do trabalho que recai sobre as mulheres. A histórica desigual divisão sexual do trabalho, com toda a sua complexidade interseccional, consubstancial de classe, raça e gênero (HIRATA, 2020), explicitando a urgência do debate acerca da economia do cuidado (Live de Monica de Bolle e Debora Diniz, 2020), reforçando a problematização da responsabilização feminina, seja das mães, tias, avós, quase que exclusiva com as crianças sem as creches e escolas.

Porém, é importante atentar aos movimentos de resistência opondo-se aos “projetos históricos das coisas”, com os “projetos históricos dos vínculos” (SEGATO, 2020), reforçados com a consciência inexorável da morte e da interdependência como seres humanos com a vulnerabilidade exposta pelo vírus. Sobretudo do feminismo transnacional, que vem denunciando as múltiplas facetas da violência patriarcal, como as mulheres argentinas que clamaram “o feminicídio não entra em quarentena”, ações sendo articuladas pela sociedade civil.

Destacam-se também os fóruns estaduais de Educação Infantil, que vêm promovendo debates e formações *on line*, que ajudam a compreender este momento, problematizar no âmbito coletivo e apontar possibilidades de somar esforços para reinventar outros modos de educar, de cuidar, de produzir a vida. Como afirma a historiadora feminista marxista italiana Silvia Federici: há uma revolução em curso, protagonizada por mulheres latino-americanas que insistem com seus corpo-territórios que têm compromisso com o princípio de que essa vida deve ser a vida digna de ser vivida (FEDERICI, 2020).

Descolonizando corpos-territórios, busca-se articular uma Pedagogia da infância macunaímica, como um trabalho coletivo do Gepedisc- linha Culturas Infantis, com inspiração no modernismo criativo do passado que, como método, é reinventado no presente, a partir do ciclo histórico de constante movimento migratório que marca a história do Brasil. O marco são os parques infantis idealizados, dentre tantos outros, mas, em 1935, pelo poeta e escritor Mário de Andrade, quando foi Diretor do Departamento de Cultura do município de São Paulo (FARIA, 1999), às desobediências epistêmicas que marcam o pensamento pós-colonial que vem insuflando as novas pedagogias descolonizadoras contemporâneas.

Macunaíma, personagem do livro homônimo de Mário de Andrade, publicado em 1928, considerado obra-prima da literatura brasileira, o herói sem nenhum caráter, *outsider* do delírio desenvolvimentista que, em sua rapsódia, apresenta a saga repleta de contradições da constituição do povo brasileiro. Esta narrativa clássica inspira a potencializar as invenções em busca de pedagogias descolonizadoras.

Contrários às pedagogias escolarizantes, ou mesmo psicologizantes, que estratificam as crianças e negociam o ensino-aprendizagem, o que chamamos de pedagogia macunaímica e descolonizadoras são pedagogias que constroem seus movimentos em outras e, por que não, novas direções, sem abandonar os arcabouços das ciências psicológicas ou da educação. São investidas transversais, que rompem as estratificações dos conhecimentos e customizam os diferentes saberes ao produzir um pensamento plural e emancipador, macunaímico. Sem convencer ninguém, como afirma Saramago (2008, p. 2), pois “convencer é colonizar!” É no ritual antropofágico que incorporamos as forças das Ciências Sociais, sem cair nas estratégias científicas de querer fabricar e legitimar essas produções como técnicas. Macunaíma é acontecimento! É no acontecimento que se abrem fissuras para trabalhar atentamente o imprevisto, o não

dito, o interdito! (SANTOS; SANTIAGO; BARREIRO, MACEDO; FARIA, 2018, p. 16).

Nesse processo, revisita-se o Manifesto Antropofágico, de Oswald de Andrade (1990), como princípio metodológico de devorar as pedagogias críticas europeias, em especial as italianas, que inspiram com suas históricas transgressões e articulações estéticas, éticas e políticas. Com uma perspectiva criativa e crítica ao mundo capitalista, patriarcal, violento, homofóbico, individualista, conservador, racista, machista, elitista, adultocêntrico, e nesse movimento propõem-se pedagogias macunaímicas, para criar, “à brasileira”, o repertório de Pedagogias da infância.

Busca-se inspiração nas narrativas do passado, nas lendas das Amazonas e seus mitos, como o Muirakitã, que incitam o poder feminino a outras estruturas de reprodução social, com a obsolescência das tarefas domésticas vinculada à perversa divisão sexual do trabalho e do abominável desejo de lucro capitalista (DAVIS, 2016), com distintas vinculações de afeto e cuidados, como o matriarcado da utopia antropofágica

Esse passado onde o domínio materno se institui longamente, fazendo com que o filho não fosse de um só homem individualizado, mas sim, o filho da tribo, está hoje muito mais atenta e favoravelmente julgado pela sociologia do que no tempo das afrontosas progenituras que fizeram a desigualdade do mundo. Caminha-se por todos os atalhos e por todas as estradas reais para que a criança seja considerada o filho da sociedade e não como de um irresponsável, de um tarado ou de um infeliz que não pode lhe dar educação e sustento. A tese matriarcal abre rumo (ANDRADE, 1990, p. 213).

O rumo vislumbrado e defendido neste artigo tem como princípio a radical transformação da sociedade, inspirada pela grande lutadora comunista Rosa Luxemburgo que, com seu pensamento marxista divergente, foi visionária, ao apontar o “progresso” e a “civilização” como mitos e também eixos da opressão e exploração capitalista, com a inevitável ruína econômica, cultural e ambiental de diversos territórios no perverso processo colonizador (LOUREIRO, 2018). Luxemburgo acreditava que na crescente insegurança da existência no capitalismo há a ação autônoma das massas, proveniente da necessidade histórica que as impele à auto-organização, e tinha a aposta central que no princípio não é o verbo, mas sim a ação que move as grandes transformações. “Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres” (LUXEMBURGO, 1991).

Seguindo as crianças, encerramos com a poética radical revolucionária de Mario de Andrade, que criou Macunaíma, filho do silêncio que já na meninice fez coisas de sarapantar; passou mais de seis anos não falando. Se o incitavam a falar, exclamava: *Ai! que preguiça!...*

A criança é essencialmente um ser sensível à procura de expressão. Não possui ainda a inteligência abstradeira completamente formada. A inteligência dela não prevalece e muito menos não alumbra a totalidade da vida sensível. Por isso ela é muito mais expressivamente total que o adulto. Diante duma dor: chora – o que é muito mais expressivo do que abstrair “estou sofrendo”. A criança utiliza-se indiferentemente de todos os meios de expressão artística. Emprega a palavra, as batidas do ritmo, cantarola, desenha. Dirão que as tendências dela ainda não afirmaram. Sei. Mas é essa mesma vagueza de tendências que permite pra ela ser mais total. E aliás as tais ‘tendências’ muitas vezes provêm da nossa inteligência exclusivamente (ANDRADE, 1929, p. 82).

Por fim, enfatizamos que a trama tecida neste artigo, nos múltiplos fios entrelaçados, buscou ao debater temas complexos como a potência do cuidado na feminização docente, a problematização da divisão sexual do trabalho e os desafios da politização feminista, contribuir

com o campo educacional, vislumbrando uma práxis emancipadora com pedagogias macunaímicas (SILVA e TAVARES, 2022) e neste percurso indicar possíveis ferramentas metodológicas que aponte caminhos poéticos e políticos de resistências para atravessarmos e nos fortalecermos perante os desafios da pandemia.

## Referências

ALMEIDA, Jane S. de. Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev., 1996.

ANDRADE, Mário. **Macunaíma**- o Herói sem Nenhum Caráter. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A, 1974.

ANDRADE, Oswald de. **A utopia antropofágica**. São Paulo: Globo. Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado (Pandemia Capital)**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BENJAMIM, Walter. **Origem do drama trágico alemão**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BUFALO, Joseane. **Nem só de salário vivem as docentes de creche: em foco as lutas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC 1988-2001)**. Tese de Doutorado. FE Unicamp, 2009.

CERISARA, Ana Beatriz. **A construção da identidade dos profissionais e educação infantil: entre o feminino e o profissional**. Tese (Doutorado em Educação) - USP, São Paulo. 1996.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMARTINI, Zeila B. F.; ANTUNES, Fátima F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cad. Pesqu.**; São Paulo (86): 5-14, ago. 1993.

EVARISTO. Conceição. **Insubmissas lágrimas das mulheres**. Rio de Janeiro. 2016.

FALQUET, Jules. **Pax neoliberalia**: perspectivas feministas sobre (la reorganização de) la violencia contra las mujeres. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: MadreSelva, 2017.

FALQUET, Jules; CISNE, Mirla, Economia política sob uma análise feminista materialista: a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe. **Ser.Soc. Rev.**, Londrina, v. 22, n.2, p. 425-440, jan./jun. 2020.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Pequena infância, educação e gênero no Brasil: subsídios para um estado da arte. **Cadernos Pagu**. p.279-287, jan/jun de 2006.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. **Educ. Soc.** Campinas: v.20 n.69. p.60-91, dez. 1999.

FEDERICI, Silvia. Na luta para mudar o mundo: Mulheres, Reprodução e Resistência na América Latina. Tradução de Luciana Benetti Marques Valio. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e70010, 2019.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020.

FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia A.; FARIA, Ana Lúcia G.de (orgs.) **Creche e feminismo- desafios atuais para uma educação descolonizadora**. Campinas: ALB e Leitura Crítica, São Paulo: FCC, 2015.

FINCO, Daniela; SILVA, Adriana A.; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Dossiê: Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas em creches e pré-escolas. **Revista Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 20, n. 37, 2018.

FÓRUM PAULISTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL. **Educação Infantil à distância**: um terraplanismo pedagógico? São Paulo, 2020a. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/FPEISP/photos/pcb.1677452425727589/1677432812396217/?type=3&theater> Acesso em: 16 jul. 2020.

FÓRUM PAULISTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL. **Manifesto público**. Vamos Voltar? AGORA NÃO! São Paulo, 2020b. Disponível em: <https://sindsepsp.org.br/noticias/educacao/manifesto-do-fpei-vamos-voltar-agora-nao-5544> Acesso em: 21 jul. 2020.

GALEANO, Eduardo. **Mulheres**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **CADERNOS DE PESQUISA** [online]. 2007, v.37, n.132, p. 595-609.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e ação. *In*: **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo e a expansão do capitalismo: uma chave marxista para compreender a colonialidade? *In*: CAHEN, Michael; BRAGA, Ruy. (Orgs.) **Para além do pós(-) colonial**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 77-91.

LÖWY, Michael. “Gripezinha”- o neofascista Bolsonaro diante da epidemia. *In*: TOSTES, Anjuli; FILHO, Hugo Melo (orgs). **Quarentena**: reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6, 2020. p. 147-150.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses

LUXEMBURGO, Rosa. **A revolução russa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo:n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Elisa L. (Org.) **Guerreiras da Natureza**: mulher negra, religiosidade e ambiente. São Paulo: Selo Negro, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Solange Estanislau; SANTIAGO, Flávio; BARREIRO, Alex; MACEDO, Elina Elias; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. (Orgs) **Pedagogias descolonizadoras e infâncias**: por uma educação emancipatória desde o nascimento. Maceió: EDUFAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

SEGATO, Rita L. Coronavirus: todos somos mortales. Del significante vacío a la naturaleza abierta de la historia. *In: La vida en suspenso*: 16 hipótesis sobre la Argentina irreconocible que viene / Mario Santucho... [et al.]. 1. ed.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2020. Libro digital, EPUB. (Crisis). p.83-94.

SEGATO, Rita L. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Revista Sociedade e Estado** (Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília) V. 29 Número 2, p. 341-371, maio/agosto 2014.

SILVA, Peterson Rigato; SILVA, Tassio Jose; FINCO, Daniela. Relações de gênero, educação da pequena infância e mudanças políticas no Brasil: contribuições para um estado da arte. **Cadernos Pagu** (58), 2020: e205815, jan/jun de 2020.

SILVA, Adriana A.; FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela. **“Isso aí é Rachismo!”** Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para Pedagogias descolonizadoras. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

SILVA, Adriana Alves; FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela. Lute como uma menina! O verbo é lutar deste o nascimento na vida de meninas e mulheres. *In: ALVARENGA, Marcia S.; TAVARES, Maria Tereza; MACHADO, Rita Fraga. (orgs.) Dossiê Rosa Luxemburgo, mulheres, liberdade e revolução. Revista Historiæ, Rio Grande, v. 10, n. 1, p.59-82, 2019.*

SILVA, Adriana A.; MACEDO, Elina. Creche: uma bandeira da despatriarcalização. *In: TELES, Maria Amélia A.; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. (Orgs.) Por que a creche é uma luta das mulheres?* Inquietações feministas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade! São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p.145-162.

SILVA, Adriana A. Niunamenos: feminismo, pedagogias e poéticas da resistência. Dossiê Feminismo em estado de alerta na educação de crianças pequenas em creches e pré-escolas. **Revista Zero-a-seis** (UFSC), jan-jul, 2018. p. 221-234.

SILVA, Adriana A.; TAVARES, Maria Tereza. Por uma Pedagogia Macunaímica: infâncias, estudos decoloniais e resistências plurais. Dossiê **Revista Artes do Educar**, (UERJ), vol. 8 n. 1, fev, 2022, p. 5-13.

TELES, Maria Amélia de A. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

TELES, Maria Amélia A.; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. (Orgs.) **Por que a creche é uma luta das mulheres?** Inquietações feministas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade! São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

TENDLER, Silvio. **Encontro com Milton Santos ou O mundo global visto do lado de cá**. Brasil, 2006.

VIANNA, Claudia. P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos PAGU**, Campinas, SP, n. 17/18, p.81-103, 2006.

Recebido em: 01 de outubro de 2020.

Aceito em: 11 de outubro de 2021.